

FOLHAS POLÍTICAS, DE JOSÉ SARAMAGO

FOLHAS POLÍTICAS, BY JOSÉ SARAMAGO

JEAN PIERRE CHAUVIN*

A despeito da reconhecida popularidade de José Saramago (1922-2010) no Brasil, desde o final da década de 1980, *Folhas políticas* não chegou a ser editado em nosso país. Publicada em 1999 pela Editorial Caminho, em Lisboa, a coletânea ganhou nova roupagem em 2015, em bela edição a cargo da Porto Editora. Em 2017, os volumes da Porto foram replicados no Brasil pela Companhia das Letras, com distribuição exclusiva para um único conglomerado de livrarias.

Decorre daí uma questão relevante, tendo em vista que quase todas as obras ficcionais do escritor foram publicadas por aqui – muitas delas simultaneamente ao lançamento dos livros em Portugal. Que motivos teriam levado nossas editoras a menosprezar e/ou retardar a inclusão dessa importante obra em seu catálogo? *Folhas Políticas* estará nos planos das editoras brasileiras?

Sem perder de vista a costumeira distinção entre atividade literária e atuação política, entre nós, é possível que o título não tenha sido publicado devido à desconfiança, por parte dos editores, de que o engajamento político (expresso no título) e o gênero textual não estimulariam o interesse dos leitores em geral, o que acarretaria na menor rentabilidade financeira do volume. Em terra de polarizações extremadas, combinadas à reprodução do senso comum, não seria de causar espanto. Por outro lado, o fato de Saramago falar de política não impediu o êxito das crônicas de *O caderno*, publicado pela mesma Companhia das Letras em 2009.

* Professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Especulações à parte, vejamos o que o escritor tinha a nos dizer. Na “Apresentação”, José Saramago afirma que *Folhas políticas* nascera do convite da Editorial Caminho, que o incentivara a reunir o que havia circulado em periódicos, eventos e congêneres. Lido à luz de sua vasta obra romanesca, a coletânea revela novas facetas do escritor e reforça os vínculos entre o ensaio e a ficção.

O livro contabiliza vinte e dois anos de produção, em textos breves, assinalados pela relevância dos assuntos, a contundência dos argumentos e a concisão da forma. Por exemplo, em fevereiro de 1976 Saramago questionava o palavreado sem rumo nem convicção dos representantes que se declaravam posicionados à Esquerda: “[...] o Partido Socialista adiou o socialismo. Porque o adiou dentro de si próprio” (SARAMAGO, 2015, p. 13). Em meio às palavras dispersas e proferidas sem firmeza, transparecem as contradições entre discurso e ação – hiato que reverberava a apatia do povo português, como se lê em crônica do ano seguinte: “[...] há demasiado silêncio em Portugal, e isso bom não é, pois no silêncio se aproveitam uns e acabarão por padecer quase todos” (id., *ibid.*, p. 19).

Seria uma tarefa simples reconhecer no articulista o espírito contestador de seus narradores e personagens – com a diferença de que, nos artigos, o diálogo pressupõe a contraparte do leitorado, fosse ele imaginário ou empírico. Daí os muitos modos de dizer e compreender o que Saramago diz, para além das ideologias: “As palavras, meu caríssimo e único leitor, são infelizes, não podem defender-se de quem lhes troca o sentido” (id., *ibid.*, p. 23).

A modéstia aparente (“único leitor”) não condiz com a assertiva de pretensão universal (“As palavras não podem defender-se”). O discurso segregador é um dos alvos do cronista, para quem a “liberdade de imprensa” é discurso vazio e inconsistente: “o regime absorve, digere e neutraliza impavidamente quantas acusações lhe façam, quantas denúncias de conciliação” (id., *ibid.*, p. 27). Quarenta anos antes, os lusitanos padeciam com a sua imprensa o que suportamos em relação aos nossos jornais e revistas ainda hoje.

Não bastasse o recorte da palavra pelo ângulo mais favorável aos encastelados no poder, haveria que se destacar a competência dos políticos, que “têm destas habilidades: substituem o que não compreendem pelo que apenas repetem. E como aquilo que muito se repete, força é que se decore, não é raro que fale fluente quem daquilo que diz pouco sabe” (id., *ibid.*, p. 43).

Haveria antídoto contra o cinismo dos governantes? Saramago supunha que sim: “[...] alguém tinha que tomar a vez, assumir a indignação, usá-la como re-

vulsivo contras emoliências. Na falta de outro melhor, tentei-o eu, e saíram estas prosas. Decida lá o leitor se valeu a pena” (id., *ibid.*, p. 54). O articulista assume o papel de intelectual militante, cuja dicção lembra em muito as vozes de inúmeras personagens que criou.

Contrariando o egoísmo e a indiferença dos sujeitos, os narradores agem de modo solidário com os homens de papel. Por sua vez, o articulista amplifica a voz dos sujeitos apequenados que habitam Lisboa. Uns e outros contestam a palavra de ordem, combatem a exclusão social e denunciam a demagogia política, conduzida por homens medíocres e incoerentes.

José Saramago também aponta os limites da democracia praticada em Portugal. O que registra em 1977 ainda vale para nossos dias: “[...] se a democracia fica em perigo de vida por causa das tristes ações de dois homens que, reconheça-se, têm sido muito explícitos em seus propósitos de mando, então esta democracia, ou está distraída, ou é estúpida” (id., *ibid.*, p. 61). Opor-se ao Estado mínimo pode nos transformar em alvos da mediania repressiva: “[...] o povo é sempre excelente desde que se comporte bem, não faça distúrbio e circule pela direita” (id., *ibid.*, p. 72).

Daí a importância de romper os sedimentos da realidade aparente. Como José Saramago bem o sabia, a direita “não é estúpida. Os seus dirigentes são homens de mundo e salão, cavalheiros de gravata e educação velha, com antepassados, manhas, contas bancárias de pais para filhos e um grande hábito de mandar” (id., *ibid.*, p. 76). Desse modo, caberia à esquerda resistir às afrontas, em atitudes simbolicamente relevantes: “Cortar a cabeça à estátua de Salazar foi a Bastilha que pudemos” (id., *ibid.*, p. 84) – argumentava na crônica “A cabeça”, publicada em fevereiro de 1978.

Nos embates entre solidariedade e exclusão, o cidadão depara com o ódio do sujeito fardado: “[...] ninguém nasce militar, as mães só dão à luz civis, mas depois por via da educação e da convicção, do galão e da farda, tudo são picos, desconfianças, incompatibilidades, e o civil que civil ficar até morrer passa, potencialmente, a ser um perigoso desestabilizador” (id., *ibid.*, p. 94).

Em *Folhas políticas*, o posicionamento político do intelectual pressupõe o questionamento do senso comum e a ridicularização dos protocolos sociais. Em um artigo comovente, publicado em junho de 1978, Saramago discorre sobre o crítico e historiador Jorge de Sena, sob o pretexto de adivinhar-lhe a posição frente ao discurso ambivalente e a truculência dos gestos: “Se uma carta [Jorge

de Sena] pudesse ter escrito, estou que não seria uma carta, mas um rugido. Portugal é um país de surdos depois de ter sido um país de mudos” (id., *ibid.*, p. 105).

No entanto, Sena era um sujeito muito acima da média. De maneira geral, a retidão de caráter não é usual nos intelectuais. É que a dissensão costuma perder para o discurso conciliatório, esboçado a meias tintas e pseudoverdades: “id., *ibid.*, quando a maré vai boa o intelectual (em sentido restrito) gostar de estar na proa do barco”, pois “somos facilmente unanimistas, queremos ser a palavra de todos os que não articulam a própria” (id., *ibid.*, p. 113) – percebia ele em 1981.

Por que isso acontece? Em parte porque se trata do “equivoco” de “tomar a cultura como parte autônoma de um todo social, com o qual, por assim dizer, se limitaria a ter fronteiras” (id., *ibid.*, p. 117). Nas sociedades que avançam em tédio e reverberam tecnologia, a “literatura é posta de lado, fundamentalmente, porque exige um esforço, porque não fomenta a passividade intelectual, porque é interrogativa” (id., *ibid.*, p. 132), percebera Saramago no ano seguinte.

Em diversos momentos, o escritor questiona a própria arte – seja como articulista, seja como cronista – como nesse comentário, feito em 1985: “A crônica, antigamente, era a flor das redações, o botão de rosa na lapela, ou o cravo, ainda inocente e sem veleidades de emblema, marcescendo em lhe chegando a hora. A crônica, então dava pano para abas e mangas” (id., *ibid.*, p. 142).

Utilizando um reduzido número de palavras, José diz muito. A digressão – usual em suas criaturas ficcionais, a sugerir constantes fluxos de consciência – cede lugar ao discurso mais reto e objetivo – o que não impede (antes, favorece) o impacto do que afirma. Do cravo (símbolo da revolução de 1974) à rosa (representação desbotada da militância), Portugal rumava do brado à acomodação; da contestação geral ao acordo particular.

A questionável postura das autoridades políticas, evocadas em seus artigos, sugere a falta de coerência, honestidade e efetivo diálogo entre governantes e governados. De modo análogo, é o que se deveria evitar, na relação entre autor e leitor, já que “não é encontro [deles] todo o ajustamento [,] nem é diálogo qualquer som de vozes alternadas” (id., *ibid.*, p. 157).

Para Saramago, escrever era um ofício que demandava seriedade e vigor. Ampliar o sentido primário das coisas era uma tarefa executada com relativa modéstia pelo ensaísta: “[...] muitas vezes faço o que faz o operário que verifica o

bom estado das suas ferramentas. [...] Quero eu dizer que consulto os dicionários, com mão diurna e noturna como Camilo Castelo Branco aconselhava e hoje se pratica menos do que conviria à boa saúde da língua e da comunicação” (id., ibid., p. 171), defendia ele em janeiro de 1986.

Curiosamente, nosso país também estava no horizonte do ensaísta: “De longe em longe chegam-me do Brasil notícias das grandes crueldades do latifúndio” (id., ibid., p. 179), protesta em crônica de agosto de 1986. Onze anos depois, o tema retorna como denúncia: “A polícia militar do Brasil e os pistoleiros à ordem dos latifundiários assassinam camponeses que apenas reclamam uma reforma agrária, mas os crimes não são punidos” (id., ibid., p. 222). Algo similar acontecia no México: séculos de armas apontadas contra os resistentes índios do Estado de Chiapas.

Entre protestos de revolta contra as instituições, mas encorajamento do leitor, Saramago não via sentido no discurso dogmático, esquecido das urgências emanadas pelo mundo concreto: “[...] este deus, para mim, não passa de uma interessante personagem de ficção, e é apenas como tal que com tanta frequência o convoco ou deixo instalar-se em minhas prosas” (id., ibid., p. 216).

Os artigos não se restringem a um mesmo tempo ou lugar, já que o autor reconhecia a perpetuação de artimanhas discursivas em sua época:

Quando em 1755 o terremoto arrasou toda a parte baixa da cidade, à pergunta sobre o que deveria fazer-se perante tão terrível catástrofe, alguém respondeu: “Sepultar os mortos e cuidar dos vivos”. A frase foi atribuída ao marquês de Pombal, ministro então todo-poderoso, o que não deverá surpreender-nos, pois sempre o poder encontrou maneira de proferir algumas frases destinadas à posteridade, e, se não as sabe criar de inteligência própria, socorre-se das alheias, como foi o caso. (id., ibid., p. 196).

É sugestivo que diversos textos remetam a argumentos similares, presentes em seus romances. Em *Folhas políticas*, José Saramago questiona a existência de deus de maneira similar ao persuasório diabo de *O Evangelho segundo Jesus Cristo*; defende a solidariedade em contraposição ao egoísmo visceral, como demonstra a Mulher do Médico, no *Ensaio sobre a cegueira*; questiona o discurso autoritário, como vislumbra o modesto funcionário José, de *Todos os nomes*; discute a versão dos fatos, como almejava o revisor Raimundo, em *História do*

cercos de Lisboa; conclama a resistência intelectual e política do seu interlocutor, a exemplo do que acontece com os não eleitores do *Ensaio sobre a lucidez*.

Há muito do romancista no articulista, e vice-versa. Em sua obra, coerente e coesa, o engajamento respalda a linguagem e as convicções de quem narra; a palavra dilui as supostas barreiras entre a fatura literária, a argumentação e o ato político. Dir-se-ia que a potência do discurso adere à dicção contestatória das figuras que ele mesmo criou. José Saramago demonstrou, como poucos, que o fator estético pode imbuir-se de humanismo, em favor de uma postura solidária e de cunho universalizante.

O escritor alternava cenas prosaicas com pequenos grandes feitos, embaralhando diferentes gêneros (entre o *memorial* e o *ensaio*; entre o discurso solene e a crônica singela), a sugerir que a matéria-prima fosse tão importante quanto a forma e a expressão. Um de seus grandes méritos residiu em converter a literatura em veículo de contraposição ao senso comum, permitindo-lhe questionar os arbítrios do poder e a conduta excludente de homens e personagens.

Enquanto *Folhas políticas* não circula em maior escala por aqui, partamos em seu encalço, empregando os recursos disponíveis. A exemplo do que sucede ao leitor de sua obra ficcional e memorialística, José Saramago contagia-nos com elevadas doses de indignação e reforça nosso empenho em prol da mudança. Em sua obra, o espaço em branco da página implica refletir sobre o que ficou dito, recobrar algum fôlego e enfrentar a apatia.

Referências

SARAMAGO, José. *Folhas políticas*. Porto: Porto Editora, 2015.

SARAMAGO, José. *O caderno*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.